

WAGNER COSTA RIBEIRO

Rio + 5 — avaliação e perspectivas

Mudanças estruturais não têm data marcada. Isso pode ser comprovado, mais uma vez, quando se olha para as realizações dos países que participaram da Rio-92. Na ocasião, mais de 150 chefes de Estado se reuniram, comprometendo-se a transformar o mundo e as atitudes dos seus povos. Passados cinco anos, muito pouco foi realizado.

A Agenda 21, um detalhado programa de ação ambiental que deveria ser implementado até o ano 2000 com vistas a melhorar as condições ambientais da Terra, foi esquecida. Os recursos não chegaram. Tampouco houve mobilização política para atraí-los.

Na primeira parte da Agenda 21 constam recomendações sociais e econômicas. Na lista de tarefas encontra-se a mudança dos padrões de consumo, a busca do desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza, entre outros temas.

A diminuição dos níveis de consumo, bandeira que ganhou eco nos países ricos durante as reuniões preparatórias da Rio-92, sucumbiu ante a possibilidade de se comprar o direito de poluir. O mecanismo, em discussão nas reuniões das partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas, consistiria no pagamento, pelos países ricos aos países pobres, de uma taxa que os liberaria para emitir mais gases-estufa que o estabelecido

per capita. Dessa forma, manteriam a desigual equação segundo a qual um terço da população mundial consome dois terços dos recursos disponíveis.

Combinar desenvolvimento e sustentabilidade diante desse cenário só pode ser entendido como um exercício de retórica. À exceção de experiências isoladas, essa é outra equação para a qual ainda não foi encontrada solução viável, mantendo-se a seguinte pergunta: como planejar o crescimento da produção, de maneira sustentável, à luz das flutuações dos mercados?

O combate à pobreza foi inexistente. Ao contrário, a onda neoliberal, associada à globalização dos mercados financeiros, concentrou ainda mais a riqueza, tanto nos países ricos quanto nos pobres, trazendo consigo o desemprego e agravando tensões sociais.

Na segunda parte da Agenda 21 existem medidas para a conservação dos ambientes naturais. Os pontos de destaque são o combate ao desmatamento, a conservação da diversidade biológica, a proteção da atmosfera e dos oceanos e a elaboração de formas de intervenção em ambientes muito sensíveis à degradação, visando a reduzir ao mínimo o impacto ambiental.

Nesse item, alguns avanços podem ser notados, em especial no que diz respeito à conservação dos recursos genéticos. No caso do Brasil, tivemos a cria-

ção do Programa Nacional da Biodiversidade, na esfera federal, e do Programa Estadual para a Conservação da Biodiversidade (Probio), no Estado de São Paulo. Iniciativas isoladas, diriam alguns. Entretanto, será preciso verificar o que foi feito em outros países para avaliar melhor o alcance das medidas adotadas no Brasil.

Não se iluda, porém, o leitor. O governo federal somente instituiu a Comissão da Agenda 21 para o Desenvolvimento Sustentável, uma das resoluções da Rio-92, no último dia 26! Isso é um bom indicador de como foram absorvidas as deliberações da reunião do Rio pelos três últimos governos.

Mas a grande inovação nesse aspecto é o Projeto de Lei (PL) 306/95, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), em tramitação no Congresso Nacional, tendo como relator o senador Osmar Dias (sem partido-PR). O PL regula o acesso ao estoque genético que ocorre em território brasileiro. Além disso, reconhece o saber das comunidades locais (povos indígenas, ribeirinhos, etc.), propondo a sua remuneração sempre que forem empregados conhecimentos desenvolvidos por elas na fabricação de um novo produto, como um remédio, por exemplo. Tal mecanismo protege as comunidades e os recursos genéticos do País contra a pirataria de eventuais grupos empresariais.

O Brasil, que foi tímido na Rio-92, abdicando da liderança dos países pobres, perde novamente a oportunidade

de influenciar outros países ao não aprovar o projeto da senadora Marina Silva antes da Rio + 5, evento que avaliará as ações concretizadas desde a Rio-92, de amanhã até o dia 19, no Rio de Janeiro.

Aliás, esse PL contempla ainda a terceira parte da Agenda 21, que prega o fortalecimento das mulheres, das crianças e das comunidades locais, pela sua participação nas decisões. Seria uma maneira de atender a demandas de grupos que têm sido marginalizados ao longo dos anos.

A última seção da Agenda 21 dispõe sobre formas que tornariam viáveis as ações sugeridas anteriormente. O repasse de tecnologia dos países ricos para os pobres é apontado como fundamental para ajudar a encaminhar a resolução dos desajustes destes últimos. Também indica o alívio da dívida externa dos países em desenvolvimento como estratégia para conduzi-los ao desenvolvimento sustentável. Essas duas recomendações não foram aplicadas pelos países credores e/ou geradores de tecnologia.

Diante de tudo isso, a Rio + 5 terá, antes de mais nada, de atrair a opinião pública internacional para, ao menos, reafirmar os compromissos da Agenda 21. De outra forma, continuarão a rir os que acreditam que apenas o poder militar decide as ações no sistema internacional.

■ Wagner Costa Ribeiro, geógrafo, é professor do Departamento de Geografia da USP

O Brasil foi tímido na Rio-92, abdicando da liderança dos países pobres

12/3/97
07
A 2